

Turismo de Fronteira, Aplicação à Raia Seca Luso-Espanhola, Região Norte de Portugal e Galiza

Dália Filipa Veloso de Azevedo Liberato¹

dalialib@iscap.ipp.pt

ISCAP – P. PORTO, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal

Maria Elisa Alén González²

alen@uvigo.es

Facultad de Ciencias Empresariales e Turismo, Universidad de Vigo, Espanha

Pedro Manuel da Costa Liberato³

pedrolib@iscap.ipp.pt

ISCAP – P. PORTO, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal

Resumo

As regiões de fronteira são na atualidade, desafios colocados aos atores do território, do ponto de vista do seu desenvolvimento turístico. A temática das fronteiras é atual e de preocupação, não apenas a nível local, mas ao nível da própria União Europeia. São notórios, ao nível da União Europeia estímulos ao desenvolvimento das regiões fronteiriças e da cooperação entre estas regiões, que apresentam os mesmos problemas e características semelhantes, e que pode tornar-se muito positiva. Implicam estratégias de cooperação e de dinamização de políticas de desenvolvimento inovadoras, com envolvimento de todos os atores regionais. A nossa investigação tem por objetivo a análise qualitativa atualizada da cooperação estratégica entre a região Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma da Galiza. A análise qualitativa, com recurso à técnica de entrevista, foi dividida nas categorias da cooperação transfronteiriça e turismo de fronteira na Euro-Região.

Keywords:

Fronteira, Cooperação, Governança, Turismo, Galiza, Norte de Portugal

¹ Professora de Planeamento Turístico no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Doutorada em Direção e Planificação do Turismo. As suas principais linhas de investigação estão relacionadas com o planeamento turístico em áreas urbanas e regiões transfronteiriças.

² Professora de Marketing na Facultad de Ciencias Empresariales y Turismo, Universidad de Vigo. Doutora em Administración y Dirección de Empresas. A sua principal linha de investigação está relacionada com o marketing turístico, incluindo distintas tipologias turísticas, sobretudo turismo termal, smart, em territórios fronteiriços e sénior.

³ Professor de Turismo, Marketing Turístico, e Planeamento Turístico. Diretor da licenciatura em Gestão de Atividades Turísticas, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Doutorado em Direção e Planificação do Turismo. As suas principais linhas de investigação estão relacionadas com destinos turísticos inteligentes e regiões transfronteiriças.

Introdução

Durante as últimas décadas, as paisagens de fronteira, nomeadamente as regiões de fronteiras internas europeias, foram sendo gradualmente transformadas e convertidas em paisagens abertas, em termos físicos, territoriais, mas também simbolicamente, tendo-se convertido em territórios propícios para o desenvolvimento do turismo cooperativo entre duas regiões de dois países diferentes. De acordo com Leimgruber (1998), Ioannides *et al.* (2006), e Prokkola (2007, 2010), com uma preocupação quer da União Europeia, quer dos próprios territórios nacionais e regionais, na concretização de novas formas de desenvolvimento de atividades de turismo em políticas de cooperação territorial, na perspetiva de novas funcionalidades económicas, maior permeabilidade e integração das populações nos mesmos.

A cooperação transfronteiriça é estratégica e determinante para a sustentabilidade e desenvolvimento dos destinos turísticos localizados em regiões de fronteira. Trillo e Lois (2011) referem que a cooperação transfronteiriça é uma discussão pioneira, que levou a refletir e entender a fronteira sob diferentes perspetivas, desde a década de 70. Para Beritelli (2011), o comportamento cooperativo nas comunidades de destino de turismo é uma condição para o planeamento sustentável e desenvolvimento das mesmas enquanto destino turístico, apesar de, nem sempre os resultados se apresentarem satisfatórios. Para que essa cooperação seja vantajosa é fundamental que, em termos turísticos, envolva a diversidade que complementa as duas regiões, na perceção da continuidade dos territórios que caracterizam, por exemplo a raia seca da Euro-região Norte de Portugal – Galiza.

A nossa investigação tem por objetivo a análise qualitativa atualizada da cooperação estratégica entre a região Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma da Galiza, que tem sido fortemente incrementada, em parte devido à proximidade linguística e geográfica. As duas regiões apresentam um património natural e histórico com significativo potencial turístico e que se podem complementar. Para conseguir o objetivo foi utilizada a técnica de entrevista a um conjunto de profissionais, nas duas regiões, entre gestores do território e promoção, agentes económicos, municípios e investigadores, que conhecem os problemas e potencialidades da Euro-região da Galiza e do Norte de Portugal, em termos económicos, sociais, turísticos, culturais e territoriais. A análise qualitativa foi dividida nas categorias da cooperação transfronteiriça e turismo de fronteira na Euro-Região.

Turismo de Fronteira

Na opinião de Trigal (2013:151) a fronteira é um limite territorial com diferentes âmbitos: (1) geográfico, em que a fronteira é uma marca no território, uma descontinuidade e divisão do espaço de origem política, em resultado de uma evolução histórica e da organização do poder por parte das sociedades; (2) jurídico, em que a fronteira é uma linha artificial reconhecida, com uma delimitação simétrica e controlada de competências e aplicação de leis que separa e demarca territórios de entidades políticas, em resultado de negociações e tratados internacionais celebrados ao longo do tempo; (3) económico, em que a fronteira é assumida como área de influência, mercantil ou de um serviço central. A história evidencia que as fronteiras surgiram face à necessidade de construir e preservar identidades nacionais. Em termos geográficos e políticos as fronteiras surgem como barreiras, impedindo ou dificultando os movimentos de pessoas e bens. É frequente a referência às fronteiras como uma linha que divide países, pessoas, mas para quem vive perto da fronteira essa linha de separação torna-se menos visível, dada a facilidade com que a atravessam diariamente, pelo aumento da permeabilidade do território.

O turismo transfronteiriço baseia-se num conjunto de atrações existentes numa determinada área transfronteiriça (Jansen-Verbeke e Lievois, 2008; Saraniemi e Kylanen, 2011). Para Cruz (2010) o turismo de fronteira pressupõe viajar entre territórios transfronteiriços, entre países vizinhos através do processo de cooperação possibilitando o acesso a locais turísticos. Para Prokkola (2010) a permeabilidade da fronteira influencia a construção de infraestruturas e serviços de turismo e a

transformação de paisagens turísticas de ambos os lados da região transfronteiriça, não sendo as fronteiras entendidas na atualidade como barreiras ao desenvolvimento regional, mas sim recursos promotores do mesmo. A mudança de perspectiva face a estes territórios afeta as possibilidades e estratégias no planeamento da atividade turística nas regiões de fronteira, refletindo-se efetivamente nas infraestruturas e nas representações destes territórios evidenciadas na sua comercialização como destinos turísticos, aos quais se associam, por vezes, práticas socioculturais, e eventos públicos diversificados, também divulgados em documentos turísticos, contribuindo desta forma para a reconstrução cultural do território de fronteira, que Prokkola (2010)⁴ entende ser tão importante (as narrativas e representações da fronteira) como a perceção da experiência do seu atravessamento. Também para Blasco (2013) as fronteiras são fatores determinantes que incidem na criação e evolução dos destinos turísticos. O turismo de fronteira encontra-se, assim, ligado à viagem a territórios transfronteiriços, entre países, de forma a poder-se usufruir dos seus diferentes potenciais turísticos, como a paisagem natural, aventura, lazer, eventos culturais, gastronomia entre outros. De acordo com Paixão (2006) para existir turismo de fronteira, é necessário que ocorra um processo de integração entre territórios, surgindo o turismo como parte significativa dessa integração. Esta integração poderá contribuir para o incremento das atividades ligadas ao turismo, e, simultaneamente contribuirá para o crescimento económico e sustentável dos lugares. Por outro lado, o processo de integração possibilitará aos turistas ter uma maior acessibilidade aos diferentes locais turísticos existentes nas fronteiras. Para Medeiros (2010), a promoção de ações de dinamização cultural pode ajudar na afirmação dos mercados dos territórios transfronteiriços como destinos turísticos qualificados. Tendo por base as diferentes abordagens, poderemos definir turismo de fronteira como a reinvenção da fronteira enquanto destino turístico, com uma identidade diferenciada em termos socioculturais, estabelecendo-se relações regionais e transnacionais, baseadas em cada uma das regiões como objeto central da motivação e experiência turística, relacionadas, no que concerne à raia seca, com a interculturalidade, o turismo termal, histórico, natural, e gastronómico. O atravessamento da fronteira assegura a partilha do destino turístico.

A Governança nos Destinos Turísticos Transfronteiriços

Diversos autores (Dredge e Jamal, 2013; Zillinger, 2007; Blasco *et al.*, 2014) sugerem que os destinos turísticos transfronteiriços deveriam ser delimitados em função dos padrões de consumo dos turistas, em substituição dos limites administrativos convencionais, dada a elevada permeabilidade e mobilidade entre destinos turísticos transfronteiriços, com valor acrescentado na experiência turística. Nesse sentido, e de acordo com Ioannides *et al.* (2006), Prokkola (2010) e Blasco *et al.* (2014), esses destinos seriam beneficiados, num processo de governança conjunta, sendo as referidas estruturas de governação, vantajosas para a gestão estratégica destas regiões como destinos turísticos integrados independentemente das fronteiras.

Para o sucesso destas políticas estratégicas, entendem Pardellas *et al.* (2011), que é determinante a colaboração pública e privada dado o seu carácter transversal (múltiplas atividades empresariais), a utilização de recursos públicos (naturais, culturais, patrimoniais) e a conjugação de atores num espaço (residentes e visitantes) facto pelo qual se tornam necessárias novas formas de governo participativo no sentido de se conseguir processos de governança como resultado de uma gestão participativa no destino turístico, com benefícios potenciais em resultado da colaboração das diferentes partes interessadas, e do seu esforço em chegar a um consenso em relação às políticas turísticas. No entanto, estruturas de governança em contextos transfronteiriços lidam com um tipo diferente de divisão para destinos de turismo convencional “não-fronteiriços”, sendo que nestes e de acordo com Blasco *et al.* (2014), há uma

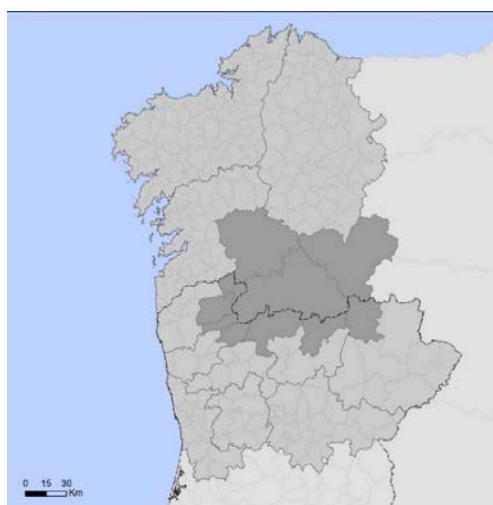
⁴ Refere ainda que a transição do território fronteiriço entre a Suécia e a Finlândia como destino turístico se entende face às alterações observadas ao nível das instituições nacionais e supra-nacionais, a par dos recursos culturais regionais, valorizados por iniciativas financiadas pela política regional da União Europeia, com o objetivo de promover a sustentabilidade económico-social da região. De acordo com a autora, a cultura transfronteiriça, a interação social e a colaboração na região, têm permitido a criação de um padrão de desenvolvimento da atividade turística baseado em relações de cooperação.

configuração institucional compartilhada sendo apenas necessária que a estrutura de governança setorial estabeleça a ponte entre órgãos públicos, empresas privadas, comunidades locais, e outros. Nas configurações de cooperação transfronteiriça o maior obstáculo a ser ultrapassado pelas estruturas de governança transfronteiriça será o institucional dado que ambos os lados da fronteira se encontram sob diferentes regimes institucionais, daí que os destinos transfronteiriços necessitem de estruturas de governança que lidem com divisões setoriais e institucionais (Blasco *et al.*, 2014). Em virtude dessa situação, os mesmos autores referem que apesar da eliminação das restrições de fronteira tradicionais, e do generoso acesso ao financiamento da UE, e ainda da crescente capacitação das regiões fronteiriças, inúmeros estudos revelam que se continua a evidenciar a falta de sucesso em várias tentativas para criar estruturas de governança transfronteiriça, o que denota que mesmo que esses fatores constituam pré-requisitos para o surgimento de estruturas de governança, sozinhos não são suficientes para o surgimento dessas estruturas (Bufon, 2003; Ilbery e Saxena, 2011; Blasco *et al.*, 2014). Com argumentos semelhantes, Trillo *et al.* (2015) consideram que existem, de facto, problemas associados à aplicabilidade de projetos de cooperação transfronteiriça, enumerando, por exemplo: as incompatibilidades administrativas e legais, os níveis diferentes de competências, a gestão descoordenada de serviços, que podem ser observados em escalas distintas, e que se agravam a nível local fronteiriço, pela relevância crescente da necessidade de cooperação. Deverá ainda, de acordo com Trillo *et al.* (2015), ser preservado o equilíbrio entre cooperação e competitividade. Para a MOT (2010), a governança deverá ser articulada através de dois eixos fundamentais: o dos técnicos e políticos locais, que deverão assegurar a gestão adequada dos recursos, e o da sociedade civil, que deverá participar no projeto, pela aplicação de medidas de diálogo, mecanismos de participação pública, e ainda usufruto de serviços concretos.

Metodologia

A área de estudo abrangida por esta investigação, que corresponde à designada *raia seca* luso-espanhola, na Euro-região Galiza-Norte de Portugal, engloba a província de Ourense, na Comunidade Autónoma da Galiza, e os concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca (NUT III Alto Minho), Terras de Bouro (NUT III Cávado), Montalegre, Chaves (NUT III Alto Tâmega) e Vinhais (NUT III Terras de Trás-Os-Montes). Paül e Trillo (2011:401) reforçam, em concordância com a generalidade da bibliografia existente, a interpretação da divisão da fronteira entre a Galiza e Portugal em dois grandes grupos: a *raia húmida* ou separação coincidente com o rio Minho, a oeste, e a *raia seca* ou a fronteira não fluvial, a este.

Figura 1 - Área de Estudo



Fonte: Elaboração Própria, Diva GIS (2015)

A primeira está inserida no eixo urbano atlântico desde Ferrol a Norte, incluindo as cidades de A Coruña e Vigo, e apresenta uma continuidade evidente com as áreas urbanas de Braga e Guimarães, e ainda a área metropolitana do Porto, com lógicas de um espaço urbanizado, dinâmico, e caracterizado por fluxos e relações comerciais, económicos, laborais, culturais, educativos, muito consideráveis, que ignoram a fronteira, ao transcenderem claramente os respetivos limites nacionais. Por oposição, a *raia seca* está um pouco afastada do dinamismo atlântico, e engloba uma região considerada depressiva, caracterizada pela forte presença de áreas montanhosas que de algum modo dificultam as perspetivas de desenvolvimento para a região, em similitude com o que acontece na região urbana litoral. O que, ainda de acordo com Paül e Trillo (2011:401), se observa nesta região, é o progressivo destaque para as cidades de Verín e Chaves, que constituíram, em finais de 2007, uma Eurocidade, e que precisamente se localizam na *raia seca*: o Alto Tâmega português e o Vale de Monterrei galego.

Na definição da metodologia de investigação a aplicar, considerou-se adequado uma abordagem qualitativa do turismo no território regional. Foi utilizada a técnica de entrevista, concretamente foi do tipo semiestruturada, de modo a permitir colocar perguntas ao longo da conversação que não estivessem previstas no guião e, assim, esclarecer algumas respostas dadas pelos entrevistados, permitindo obter informação rica e relevante. Procedeu-se ao contacto, via e-mail e telefone, com cada um dos potenciais entrevistados, de forma a solicitar a sua participação, explicando o objetivo da investigação e salientando a importância da sua participação para o desenvolvimento do estudo. Após a anuência das pessoas contactadas concretizou-se o agendamento das entrevistas, atendendo à disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas realizaram-se de forma individual.

Tabela 1 - Tabela de Entrevistados

Área	N.º	Entidade	Local Realização Entrevista	Duração Entrevista
Gestores Território/ Promoção	1	INORDE (Instituto Ourenán de Desenvolvimento Económico)	Ourense	57m:43s
	2	CCDR-N Coordenação Programas Cooperação Transfronteiriça (POCTEP)	Porto	1h:48m:18s
	3	Chefe do Serviço de Planificação Turística e Programas Europeus (Xunta de Galicia-Presidencia)	Santiago de Compostela	55m:43s
	4	Diretor Agrupación Europea de Cooperación Territorial Eurocidade Chaves-Verín	Verín	1h:12m:42s
	5	Entidade Turismo Porto e Norte de Portugal	Guimarães	1h:56m:55s
	6	Responsável Portas do Lindoso Parque Nacional da Peneda-Gerês Município de Ponte da Barca	Portas do Lindoso (Ponte da Barca)	54m:57s
	7	Adere-PG	Ponte da Barca	45m:08s
Agentes Económicos	8	Gestor Parque Cerdeira Cerdeira - Turismo e Ambiente, Lda.	Terras de Bouro	1h:48m:06s
Município	9	Câmara Municipal Chaves	Chaves	47m:06s
Investigadores	10	Prof. UTAD, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG) Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	Vigo	1h:18m:49s
	11	Especialista em Políticas Urbanas; Professor universitário Colabora com a CCDR-N, Xunta da Galiza, Esc. Técn. Superior de Arquitetura da Corunha, Univ.Técnica de Barcelona	Melgaço	1h:23m:37s

Fonte: Elaboração Própria

O processo de seleção e contacto das personalidades a entrevistar possibilitou a realização efetiva de 11 entrevistas individuais, a um conjunto de pessoas, que, por razões profissionais, pelos cargos que ocupam, pela investigação que têm vindo a desenvolver têm conhecimentos sobre os problemas, potencialidades da Euro-região da Galiza e do Norte de Portugal, em termos económicos, sociais, turísticos, culturais, territoriais, entre outros (ver tabela 1).

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de cada um dos entrevistados e todas realizadas em condições idênticas. Antes de se iniciar a entrevista foram explicados os seus objetivos, garantiu-se aos entrevistados que a entrevista só iria ser usada num projeto de investigação e solicitou-se autorização para proceder à gravação. Em média as entrevistas demoraram entre 45 e 119 minutos. Todos os entrevistados se mostraram cooperantes e as entrevistas decorreram num ambiente de tranquilidade e empatia. Após a realização das entrevistas procedeu-se à respetiva transcrição e análise de conteúdo de modo a obter-se a maior fidelidade em relação ao discurso dos entrevistados. Para este estudo foram consideradas duas categorias de análise, cada uma delas dividida em subcategorias (ver tabela 2).

Tabela 2 – Estrutura da entrevista realizada

1. Cooperação	2. Turismo
1.1 Como se processa a cooperação transfronteiriça nesta área do noroeste peninsular?	2.1 Como se poderá potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural da Euroregião Norte de Portugal-Galiza?
1.2 O processo de criação da Euro-região criou ou recriou uma nova identidade regional?	2.2 Qual é o real interesse cultural da Euroregião Norte de Portugal-Galiza?
1.3 Quais os setores que se complementam na Euro-região Norte de Portugal-Galiza?	2.3 Tem-se desenvolvido um plano estratégico potenciador dos recursos culturais endógenos da região?
	2.4 Existe alguma política para o desenvolvimento e proteção do património cultural desta Euroregião?
	2.5 O que atrai os turistas na Euroregião Norte de Portugal-Galiza?
	2.6 Considera importante e necessária a cooperação entre a região Norte de Portugal e a Galiza relativamente ao desenvolvimento turístico da Euroregião?
	2.7 O turismo é uma indústria pioneira no processo de regionalização transfronteiriça?
	2.8 Quais as estratégias turísticas a desenvolver na Euroregião Norte de Portugal-Galiza?
	2.9 Têm sido desenvolvidas ações estratégicas com vista a implementar projetos de recuperação, conservação e valorização do Património construído
	2.10 Em que medida o desenvolvimento de um roteiro turístico na Euroregião Norte de Portugal-Galiza pode tornar-se uma ferramenta fundamental para potencializar o desenvolvimento sustentável da região?

Fonte: Elaboração Própria

Cooperação transfronteiriça

Processamento da cooperação transfronteiriça na área do noroeste peninsular

A DGOT (1988:18) destaca que “As regiões fronteiriças têm, mais que todas as outras, necessidade de uma política de coordenação entre os Estados. Esta política tem por objetivos abrir fronteiras e estabelecer processos de consulta e de cooperação transfronteiriça e a utilização comum de equipamentos e de infraestruturas”. Percebeu-se a necessidade e a importância da cooperação transfronteiriça, nomeadamente no quadro da Cooperação Territorial Europeia. Assim, foram desenvolvidos esforços no sentido de se desenvolver essa cooperação, que em termos genéricos é “(...) entendida como o conjunto coordenado e concertado de ações e de iniciativas formal ou informalmente desenvolvidas por coletividades ou autoridades territoriais de Estados vizinhos separadas pelas fronteiras entre esses Estados, com vista a prosseguir fins de interesse comum e, por essa via, a reforçar não só as

suas relações de vizinhança, mas especialmente, a garantir a boa vizinhança entre elas e entre os seus respetivos Estados” (Brito, 2000:13). Apesar dos progressivos avanços registados na integração dos países membros da UE, permanecem vários obstáculos de natureza administrativa e jurídica, nas competências relacionadas com o ordenamento do território.

No Norte de Portugal e na Galiza é frequente fazer-se referência à necessidade e importância de reforçar a cooperação, entre as duas regiões procurando-se unir esforços, recursos, desenvolver atividades de forma a desenvolver as duas regiões.

Entre o Norte de Portugal e a Galiza há projetos isolados em cada lado da fronteira. Não se procurou uma complementaridade de território. Não se aproveitou a complementaridade que a União Europeia nos pedia, e que marcava. Não se aplicou políticas de complementaridade. Cada lado da fronteira procurou projetos para si. (...) (E1)

Procura-se o entendimento mútuo entre populações, eliminando-se as barreiras linguísticas, culturais, políticas e administrativas, daí que seja importante que essa cooperação se processe a vários níveis.

Integrando várias componentes: a componente política do que se entende ser a cooperação entre Portugal e Espanha; a componente institucional, de instituições que entretanto se foram constituindo no terreno, e entre elas fazem cooperação e fazem projetos; e depois existem as dinâmicas dos territórios e as dinâmicas das pessoas. (E2)

Um outro entrevistado, uma vez que se encontra muito ligado a Chaves, faz referência, mais concreta, à cooperação entre a região de Chaves e Verín. Depreende-se das palavras do entrevistado que existe entre Chaves e Verín uma cooperação transfronteiriça que tem contribuído para atenuar algumas desvantagens existentes nas duas regiões de forma a melhorar as condições de vida das populações. Abrange todas as esferas culturais, sociais, económicas, de infraestruturas, entre outras.

Nos últimos sete anos, esta cooperação deu muitos frutos, a nível institucional, como nunca antes na história, em consequência da estratégia, dinamismo e empenho dos dois presidentes de Câmara de Chaves e Verín, em aproveitar as economias de escala existentes entre os dois municípios, fazer um aproveitamento ótimo e justo das instalações, serviços e equipamentos municipais (...), criando um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, a Eurocidade Chaves-Verín (...).

Na Euroregião Galiza-Norte de Portugal procura-se desenvolver estratégias capazes de promoverem iniciativas de cooperação e caracteriza-se, entre outros aspetos pela grande proximidade cultural dos residentes da Galiza e do Norte de Portugal, relações próximas das localidades fronteiriças e facilidade na comunicação. No entanto, para além destes aspetos que aproximam as duas regiões, existem, alguns aspetos que, de algum modo, podem criar entraves a essa cooperação.

A forma diferente como está organizada a administração dos dois lados da fronteira constitui efetivamente um entrave à cooperação na região, entre o lado galego e o lado português: somos diferentes, estamos organizados de formas diferentes, com estruturas diferentes, e que depois se reflete no funcionamento de qualquer processo de cooperação, no avanço e concretização dos projetos porque por muito boa vontade que haja, e efetivamente há, - A Galiza e o Norte de Portugal, aquilo que designamos de Euroregião, é sem dúvida um potencial de desenvolvimento – não apenas a nível turístico mas a nível económico em geral. Temos uma proximidade cultural e uma identidade muito próximas, a língua, a história comum, que efetivamente nos aproximam no território. Há vontade. Ao longo dos últimos anos tem havido um conjunto de esforços e de projetos que aproximaram ainda mais os dois territórios (...). (E5)

Desde a criação do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés que se estreitaram laços de modo a concertar estratégias entre várias entidades da região transfronteiriça, de modo a estabelecer linhas estratégicas orientadoras comuns. Também através da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e a Deputación de Ourense (...). (E6)

O processo de criação da Euroregião e a criação ou recriação de uma nova identidade regional

O Comité das Regiões da UE reconheceu a Euroregião Galiza-Norte de Portugal (Pucher *et al.*, 2013), instituída oficialmente em 2008.

É das maiores Euro-Regiões da Europa. Somos 6 400 000 habitantes (Galiza 2.796.089 e Norte de Portugal 3.745.439)⁵, o que se traduz numa densidade populacional de 125,8 hab/Km². Não precisamos de Intérpretes – entre os galegos e os portugueses do Norte – entendemo-nos muito bem sem intérpretes. O que não acontece noutras regiões da Europa. Temos fortes laços de amizade históricos – nunca tivemos muros, pontos de conflito. (E4)

A Euroregião é um conceito (...). Existe a cooperação entre as pessoas, que deve ser muito valorizada; existe essa cooperação política, que foi obrigada a existir, pela UE; e há a cooperação institucional, entre entidades que já existiam e outras que foram sendo criadas no âmbito dos programas de financiamento, (...) O conceito de Euroregião, a nível político e de cooperação, foi muito dinâmica, o que teve a ver também com o perfil dos líderes e da visão da cooperação transfronteiriça que têm. (E2)

De acordo com um outro elemento entrevistado entre o Norte de Portugal e a Galiza sempre existiu uma identidade, sempre desenvolveram esforços comuns.

A identidade já existia. A Euroregião veio reforçar essa identidade regional e a parceria que já existia. (...). Por vezes tem menos visibilidade, mas há cooperação (...). (E7)

A criação da Euroregião (...) reforçou e potenciou esta coesão territorial. De forma institucional já podemos falar da Eurocidade mas as ligações informais são milenares. Atualmente falamos de relações em termos formais e institucionais porque existe uma Eurocidade que é trabalhada do lado português e do lado espanhol e sob a capa dessa legalidade, criámos esta identidade, reforçada pela Eurocidade da água – muito importante como alavanca turística. Temos feito com os empresários, quer galegos quer portugueses (da região) um conjunto de ações para demonstrar o potencial turístico da região e que podem ser complemento às suas atividades. A gastronomia, diferente nos dois lados da fronteira, muito rica, diversificada e apreciada pelos visitantes-criando diversidade. (E9)

Há um melhor conhecimento; melhoraram as relações entre Galiza e Norte de Portugal; mas a identidade regional e nacional permanece. Não há uma identidade comum. (E3)

Os setores que se complementam na Euro-região Norte de Portugal-Galiza:

De acordo com Otocan (2010) uma Euro-região, por regra, não faz parte de uma instituição legislativa ou governamental, nem tem poder político direto, mas as regiões procuram integrar-se e cooperar através de diferentes formas. A cooperação entre regiões tem de compreender uma complementaridade entre setores. Procuramos perceber quais os setores que se complementam na Euroregião Norte de Portugal-Galiza porque é essencial uma complementaridade entre o Norte de Portugal e a Galiza no setor turístico.

O turismo, não é uma área por excelência de cooperação. O turismo é um setor de competição. (...) Temos que dar um sentido diferente ao turismo. (...) É fundamental o desenvolvimento de projetos comuns, pois deste modo (...) é possível promover e potenciar o território em conjunto. Os caminhos de Santiago podem ser um projeto comum. Os parques naturais: o caso do Gerês – Xurés, têm um enorme potencial em termos de procura, com turistas de elevado nível cultural e de capacidade financeira; na sequência da classificação, pela UNESCO, como património da Biosfera (Reserva da Biosfera Transfronteiriça), do Gerês – Xurés, Montesinho – há uma faixa de parques naturais que são uma mais-valia, engloba vários municípios do lado

⁵ <http://galicia-nortept.xunta.es/gl/eurorrexion>

português e *ayuntamientos* do lado espanhol. Abrangem uma das maiores manchas verdes – a natureza não tem fronteiras. Não podem ser produtos separados que têm tido muito investimento a nível de fundos (Gerês: as chamadas portas do Gerês/Xurés – infraestruturas e apoio a atividades como trilhos – oferta trabalhada e geral). (...). (E2)

Apesar de entender a importância da cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza e de entender ser importante a existência de projetos e atividades comuns, chama-se a atenção para a existência de limitações, como a falta de complementaridade à escala macro.

Nesta microrregião há atividades que têm tido um conjunto de constrangimentos (...) pelo facto de estarmos numa área protegida com o mais elevado estatuto a nível nacional. Não tem sido fácil fazer este casamento até porque a atividade turística carece de um conjunto de ações de divulgação e promoção que não tem sido possível conciliar com as estratégias para a conservação. (...) (E8) Já são desenvolvidas atividades comuns, mas ainda há constrangimentos que têm de ser ultrapassados para que a complementaridade se torne efetiva e produtora (E7)

Turismo

Procurou-se que os entrevistados analisassem a importância do turismo na perspetiva da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural do Norte de Portugal e Galiza. Da última iniciativa do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza – Norte de Portugal (GNP, AECT) em parceria com a Agência de Turismo da Xunta de Galiza e a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal⁶ resultou um debate sobre as áreas prioritárias de intervenção no setor do Turismo na Euroregião, com identificação de sinergias para o desenvolvimento de ações conjuntas entre as duas entidades regionais de turismo e associações setoriais e sinalizar oportunidades de negócios que possam favorecer parcerias luso-galaicas públicas e privadas abordando estratégias de promoção e divulgação para o futuro do Turismo na Euroregião. Os eixos estruturantes valorizados neste encontro no que concerne à atratividade do território, foram o Turismo de Natureza e a Gastronomia e Vinhos.

Potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural da Euroregião Norte de Portugal-Galiza

A valorização dos territórios rurais... o rural e o urbano hoje têm um sentido mais lato. Queremos que os turistas fiquem mais tempo (...) havia que potenciar os recursos endógenos. (...) Temos de considerar os recursos naturais (que existem e podem ser potencializados pelo turismo), e os produtos que os próprios habitantes ainda produzem: pão, fumeiro, mas a uma dimensão caseira. (...) (E2)

A valorização dos produtos locais e do património cultural e natural da Euroregião Norte de Portugal-Galiza só se alcança estabelecendo redes de complementaridade (...). (E4)

É importante que as economias locais sejam impulsionadas, de forma a, não apenas incentivar a permanência da população local, mas também a atrair novas pessoas (Cravidão, 1989).

No nosso caso, fizemos um trabalho com a associação de turismo de aldeia⁷, para tentarmos dar maior visibilidade às aldeias que temos no Norte de Portugal. Algumas delas estão na área de fronteira (...) dando depois a conhecer outros pontos de interesse, como gastronomia, áreas naturais, alojamento. Temos também apresentado outros trabalhos sobre: Minas e Geologia, Monumentos Nacionais, Castelos, Catedrais, Museus, Termas, Geoparks, a Rota do Românico, as áreas classificadas como Património da Humanidade. São trabalhos que pretendem organizar e estruturar a oferta turística, (...) É preciso motivar os privados a investir e vender o destino. (...) Importa promover a permanência (...). (E5).

⁶ Disponível em <http://www.ccdr-n.pt/servicos/cooperacao/712/1-jornada-transfronteirica-de-reflexao-sobre-o-turismo-na-euroregiao-galiza> consultado a 12/06/2016

⁷ Disponível em: <http://www.aldeiasdeportugal.pt/PT/index.php> consultado a 12/06/2016

Hoje há um interesse acrescido em promover o turismo sustentável, desde logo para preservar o meio ambiente e, também porque há cada vez mais entre os turistas uma consciência ecológica e de preservação do meio ambiente e dos nichos ecológicos.

O PNPG e Montesinho têm um destaque muito importante nesta região – temos vindo a trabalhar com os agentes desta área na renovação das cartas europeias de turismo sustentável, e que abrange todos os parques naturais do Porto e Norte de Portugal, em parceria com o lado espanhol, não apenas a Galiza, mas também Castela e Leão. Esta visão é determinante – a escala e o fortalecimento (...). (E5)

É determinante a aposta no Ecoturismo de excelência, com iniciativas diferenciadoras quer ao nível público quer ao nível privado devem ser valorizadas e incentivadas. (...) A certificação de qualidade dos produtos endógenos e reforço na conservação do vasto património cultural e natural da região, como fatores chave para o desenvolvimento territorial, nomeadamente para a criação de emprego e melhoria da qualidade de vida das populações locais. (E6)

Não se pode ignorar que existem quatro cidades com centros históricos classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade (Santiago de Compostela, Lugo, Guimarães e Porto) e a região do vale vinhateiro do Alto Douro que também possui essa classificação; a paisagem e as características naturais da Euroregião; a cultura, a arquitetura e os produtos endógenos (artesanato, gastronomia, vinho, etc.). Será determinante a criação de projetos turísticos capazes de promover a Euroregião como um todo, que promovam o que existe de interessante, em termos de oferta turística ao nível transfronteiriço. Esta promoção turística da Euro-região, não se pode limitar ao litoral, mas também ao interior da região.

O interior está pouco dinamizado. Tem recursos naturais e culturais muito bons; depois, por não estar massificado tem o encanto do novo (...). (E10)

Real interesse cultural da Euroregião Norte de Portugal-Galiza

O Norte de Portugal e a Galiza têm uma história comum, que remonta ao século V, com o surgimento do Reino de Galiza.

Temos História nesta Euro-região, Património, Língua, Cultura, que nos une – a relação até em termos de turismo religioso, pouco estudada – de Santiago de Compostela e Braga, toda a guerra, os Caminhos de Santiago, a estrutura eclesiástica, a forma como Santiago foi crescendo como contraponto à Sé de Braga, as rivalidades, e que começa antes da fundação da nacionalidade portuguesa, com D. Henrique e D. Teresa. Poderíamos ser um país porque a nossa História é muito próxima – os protagonistas são os mesmos. Há muito potencial - o turismo religioso, Santiago de Compostela, Braga, poderão ser o principal produto turístico que materializa esta ligação entre as duas regiões – há ainda muito a fazer nos Caminhos de Santiago no lado português – há um olhar mais atento e responsável para as potencialidades deste caminho – está a crescer a procura destes caminhos, feitos por motivações religiosas e de lazer – como um trilho, um percurso – é um dos produtos a explorar e que se complementa com gastronomia, cultura, natureza ao longo do caminho. (E5)

As semelhanças permitiram (...) uma candidatura de vocabulários comuns. Há uma ligação cultural, aspetos comuns. Poderia estar ligada à potencialização do caminho de Santiago. Há património industrial pouco explorado. Património religioso. (...) O interior interessa ao nível da arqueologia e da recuperação de mosteiros. (E2)

O património natural correspondente às áreas protegidas; classificado pela Rede Natura. Como interesse cultural: região habitada há muitos séculos; há uma história e uma cultura; esta ligação Minho-Galiza pode ser potenciada. (...) Temos a ganhar se promovermos como um destino. (E8)

Desenvolvimento de um plano estratégico potenciador dos recursos culturais endógenos da região

Questionou-se os entrevistados sobre a existência de um plano estratégico potenciador dos recursos culturais endógenos da região.

Planos estratégicos para investimentos conjuntos, desenvolvimento de atuações (E4), através da AECT, com um plano de investimentos conjuntos 2014-2020. Estratégia bem definida, traçada – identificados os recursos e as estratégias – desenvolvido para todos os setores e produtos do território (E7), procurando-se (...) valorizar os recursos endógenos, potenciá-los, abrir metas e caminhos, criar orientações para as instituições e privados – para que cada um possa fazer o seu trajeto – privados e públicos. (E9)

Existência de alguma política para o desenvolvimento e proteção do património cultural desta Euroregião

Questionados sobre a existência de alguma política para o desenvolvimento e proteção do património cultural da Euroregião Norte de Portugal e Galiza, alguns dos elementos entrevistados entendem que não existe tal política (E1, E2, E3, E8, E11), sendo consideradas perspetivas diversas.

Do lado português, a preocupação é assumida pelo governo, pela Direção Regional de Cultura e do lado espanhol pela Xunta da Galiza. Somos dois países. Existe esta política e trabalho concreto, evidente pela valorização do património ao longo dos anos, e ninguém perdoaria se assim não fosse. (E5) Segundo outro entrevistado No âmbito do eixo do desenvolvimento socioeconómico, o plano de ação (...) para a área transfronteiriça Gerês-Xurés prevê a conservação e valorização do património cultural, material e imaterial do parque transfronteiriço, como o restauro de elementos do património, arquitetónico e arqueológico, existentes, como fojos de lobos, necrópoles megalíticas e mosteiros. (E6)

O que atrai os turistas na Euroregião Norte de Portugal-Galiza

Os entrevistados entendem que os turistas visitam a Euroregião pela paisagem e gastronomia, oferta cultural e histórica, Caminhos de Santiago, oferta termal e turismo de saúde e bem-estar, com uma forte componente emocional, associada a experiências turísticas enriquecedoras.

Paisagem, o rio, o vinho, a gastronomia, o custo do destino, a qualidade dos serviços prestados. Competitivo ao nível dos preços praticados. (E2)

Permite ver o melhor de dois países num mesmo destino – é o feedback de quem nos visita. A paisagem, as praias, a oferta cultural, histórica, o Caminho de Santiago, são experiências muito próprias, comuns e que podemos oferecer aos turistas. (...) Historicamente a costa foi mais promovida. Atualmente começa a valorizar-se o interior: o Douro, os parques, turismo rural, de experiências. Essa é a estratégia que a ERTPNP e Turgalicia devem seguir: promover o turismo rural, de paisagem, de experiências, de natureza, termal, com oferta de serviços e experiências de qualidade. (...). (E4)

As pessoas e as suas vivências, o saber tradicional, as tradições locais rurais. A qualidade ambiental, o ritmo calmo e sobranceiro, a simpatia das pessoas, sendo possível, com apenas uma hora de viagem, passar das praias do litoral às montanhas das áreas protegidas. (E6) Natureza, percursos de natureza, gastronomia, Saúde e Bem-estar, a paisagem. Estão todos relacionados. (E7)

É interessante verificar que no caso específico de Chaves é dada importância à saúde e bem-estar, promovendo para além das termas, ofertas como a Natureza e prática de desportos associados.

Importância e necessidade da cooperação entre a região Norte de Portugal e a Galiza relativamente ao desenvolvimento turístico da Euroregião

De acordo com Pereira e Pereiro (2014:291), e no que concerne a exemplos de promoção conjunta, na preparação do ano Santo 2010, a Xunta da Galiza, o Eixo Atlântico e a ERTPNP uniram-se para promover a Euroregião como destino turístico, naquela que foi a primeira ação conjunta, tendo ainda editado um guia turístico conjunto que estabeleceu a ponte turística entre o Jacobeu 2010 e a Capital Europeia da Cultura de Guimarães em 2012. Ainda, a iniciativa da ERTPNP de abertura, em Santiago de Compostela, de um posto de informação turística – que visa a abordagem a mercados de proximidade, nomeadamente os ibéricos e ainda os mercados internacionais que visitam Santiago.

Cooperar a nível global, em todas as atividades, porque no final, todas se relacionam com o turismo. (E1)
No acesso a Fundos Comunitários, numa economia de escala, apenas uma ligação estreita e estratégias comuns podem proporcionar escala suficiente para colocar a Euroregião no mapa turístico mundial numa posição de destaque (...). (E6)

Estamos na linha de fronteira e a nossa área de influência é vasta, ultrapassa a fronteira. A fronteira não é o limite. A fronteira favorece a experiência. Poder tocar território espanhol durante a atividade, favorece a experiência e a satisfação dos turistas, temos esse registo. (E8)

O turismo como indústria pioneira no processo de regionalização transfronteiriça

Ao nível da Euroregião não existem indústrias estratégicas, para além do turismo, no entender de alguns entrevistados, com exercício de atividade na raia seca.

Na medida em que o turismo é um fator de dinamização da cooperação (...) (E4), pois deve ser o setor com maior número de projetos de cooperação e deve contribuir de forma mais significativa para o estreitar de relações neste processo de cooperação transfronteiriça, e reforçar a visibilidade da Euroregião. (E5)

Esta atividade é estratégica para a Raia Seca. O turismo, património e conservação da natureza deverão ser enquadrados nos projetos em que se procura apoio e financiamento na União Europeia. Há apoios e atividades relacionadas que são fundamentais para dar credibilidade e garantias a um destino. O pioneirismo do destino turístico deverá ser contemplado com outras valências como museus, trilhos, património (via romana), que ainda não está protegido. (E8)

O Turismo deverá ser a aposta (...). Cada vez mais as entidades públicas da administração local e regional veem no turismo a saída para a resolução dos seus problemas socioeconómicos. (E6)

São ainda diagnosticadas falhas no desenho e divulgação do produto.

Falta inovar muito no desenho do produto, na coordenação da oferta, na imagem – falham as imagens da Galiza e Norte de Portugal, com centenas de brochuras – falham as traduções, os textos, os mapas microrregionais a tentar vender micro-destinos, apesar das melhorias. (E10)

Estratégias turísticas a desenvolver na Euroregião Norte de Portugal-Galiza

Há um reconhecimento da valorização do turismo enquanto setor estratégico na Euroregião.

Em 2000, o turismo era um apêndice. (...) Neste momento (...) passou de setor periférico a setor central nas próprias estratégias políticas do Eixo Atlântico. Passou a ser cada vez mais importante na estratégia do governo. (E10)

Afigura-se determinante a criação de uma marca (...). A Euroregião como uma marca forte é importante. Consolidar produtos turísticos que já estão mais ou menos organizados, mas estruturá-los no contexto da Euroregião, para os dois territórios (...). (E5)

Alargamento e complementaridade da oferta, para atração de um leque mais vasto da procura turística, mas para que a Euroregião beneficie enquanto um todo (...) Maior interação e complementaridade na promoção do território de toda a região, para ampliarmos a nossa escala de procura. Ganharíamos escala. (E6)

Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar projetos de recuperação, conservação e valorização do Património construído

O desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar projetos de recuperação, conservação e valorização do património construído terá de passar, de acordo com um dos entrevistados pela criação de uma plataforma tecnológica global.

Criar a região inteligente. Agora é a oportunidade. Gerir estrategicamente a parte final da distribuição de fundos europeus. (E1)

A importância da recuperação, mas também da manutenção é salientada por um outro elemento entrevistado que valoriza o património ambiental.

Nós estamos a desenvolver projetos de conservação e recuperação para o Rio Tâmega que une os dois países – é um corredor ambiental com ecovias, rotas conjuntas e tudo deverá seguir por essas linhas – quanto mais se torne a fronteira permeável, mais difusa, melhor – o objetivo é “anular” o efeito-fronteira, o efeito da raia. (E4)

A Recuperação e manutenção do património cultural e construído tem de envolver entidades, não apenas privadas, mas também entidade públicas.

Tem de ter o apoio (...) por parte do governo nacional, através da Direção Regional da Cultura do Norte, (...) mas também o papel determinante dos municípios na requalificação do património - e ainda as juntas de freguesia e associações através do PRODER, LEADER, PROVER, têm sido fundamentais para a recuperação e dinamização do património. Hoje o país, as cidades, os centros históricos, são espaços com mais qualidade, mais qualificados (E5), pois tem havido uma aposta cada vez maior por parte das entidades comunitárias, nacionais, regionais, e também locais para potenciar os recursos culturais e naturais endógenos de forma concertada. (E6)

O desenvolvimento de um roteiro turístico na Euroregião Norte de Portugal-Galiza pode como ferramenta fundamental para potencializar o desenvolvimento sustentável da região

Procurou-se perceber se o desenvolvimento de um roteiro turístico na Euroregião Norte de Portugal – Galiza pode potenciar o desenvolvimento sustentável da região. A maioria dos entrevistados concorda com a criação de itinerários específicos na região.

Um itinerário conjunto, com uma estratégia de comercialização (...). Criámos rotas mais pequenas: a rota do contrabando, a ecovia (...) temos rotas de avifauna e pack de aquista (...) Sinalizámos as rotas, condicionámos, divulgámos, promovemos. (E4)

Esta região teria de valorizar o território, pela componente do turismo de saúde e bem-estar, de natureza, de valorização dos recursos endógenos, a gastronomia, os vinhos, o fumeiro. E estes aspetos deveriam ser incluídos neste roteiro (...), viver a experiência da passagem da fronteira. (E5)

Já existe o roteiro – dois países um destino, apenas faltando (...) coser, dinamizar. Desenvolver um guia conjunto de promoção, por exemplo (...). (E7)

Uma rota transfronteiriça, com trabalho da imagem comum – para os turistas a travessia da fronteira é uma experiência muito valorizada – é muito importante a sinalização comum e a promoção comum, convencer os operadores turísticos, com a realização de *press trips*, *fam trips* (E3).

Antes, não havia roteiros - os projetos estavam devidamente localizados. (...) Há imensas aplicações associadas aos roteiros, o que leva a públicos mais vastos. Creio que os roteiros muito sobredimensionados, com pontos muito dispersos e não funcionam. Têm que ser coisas muito localizadas. Juntar à volta de um “*Highlight*”, algo com maior poder de atração, recursos e temáticas, pacotes de experiências diversificadas, (...). (E11).

Conclusões

Na perspetiva dos entrevistados a cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza é importante, devendo ser concretizada através de acordos de cooperação entre atores públicos, o setor privado e a própria sociedade. No que se refere, especificamente ao turismo, e dado o seu carácter transversal é importante que se promova colaboração entre o setor empresarial e os agentes económicos e se valorizem os recursos naturais, culturais, patrimoniais.

As duas Euro-regiões apresentam recursos naturais, históricos e culturais semelhantes, o que lhes permite criar uma oferta turística conjunta e muito diversificada. Pardellas (2010) refere que os principais atrativos para visitar o território são: a história, a cultura, o património e a natureza, junto à paisagem e a gastronomia. Aliás essa é também a opinião dos elementos entrevistados. De acordo com Pereira e Pereiro (2014:291), a região poderá estar associada a três tipologias estruturantes no turismo transfronteiriço da Euro-região, nomeadamente o turismo cultural e religioso, o turismo de natureza e o turismo de saúde e bem-estar. No entanto, segundo os mesmos autores a oferta turística da região transfronteiriça poderá ainda ser alargada ao turismo rural, turismo histórico-militar, associado aos castelos e fortificações da fronteira, as rotas gastronómicas (ex.: *pulpo* e bacalhau), o turismo de compras (ex.: feiras de Chaves e Verín), o enoturismo (ex.: Monterrei e Alvarinho), o turismo desportivo (golf, BTT, montanhismo, pedestrianismo), património imaterial (ex.: caminhos do contrabando, os entrudos de Montalegre, Chaves, Xinzo de Lima, Ourense e Verín). Para o Comité das Regiões (2002) a cooperação transfronteiriça revela-se fundamental para aumentar o entendimento mútuo entre as populações, ao nível histórico, cultural e político, contribuindo para suprimir as barreiras linguísticas, culturais, políticas e administrativas. Faz-se, deste modo, referência à necessidade de reforçar a cooperação, procurando-se unir esforços e recursos procurando o planeamento e gestão conjunta dos serviços, de atividades, de ações. Essa parece ser, também a opinião dos elementos entrevistados, que chamam à atenção para a necessidade de se impulsionarem processos inovadores e sustentáveis, dinamizadores da Euro-região enquanto destino turístico. Essa colaboração tem de passar, como referem, pelo desenvolvimento de projetos comuns.

De acordo com o revelado nas entrevistas, quer o Norte de Portugal, quer a Galiza têm muito para oferecer em termos turísticos. As fronteiras internacionais e os territórios adjacentes há muito que funcionam como atrações turísticas e destinos importantes (Timothy, 2001, citado em Pereira e Pereiro, 2014), daí que se converta esta realidade numa oportunidade para o território da raia seca. Para Pereira e Pereiro (2014:289), há uma manifesta vontade (dos agentes económicos e sociais) de desenvolvimento das estruturas de enquadramento do turismo transfronteiriço, de que são exemplos o desenvolvimento e promoção de projetos comuns, de dinamização turística, públicos e privados (apoiados pelo INTERREG III-A, POCTEP, e Espaço Atlântico): “Portugalicia” – agrupamento de hotéis da Galiza e Norte de Portugal; candidatura a património imaterial galego-português promovida pela associação “Ponte nas Ondas”; “Rotas do vinho da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal; Eurocidade Chaves – Verín; Eurocidade Valença do Minho-Tui; Rota Termal galaico portuguesa; Edição dos guias da água do Eixo atlântico, que incluem termalismo e gastronomia. No que se refere à existência de planos estratégicos,

do desenvolvimento de ações comuns entre os dois lados da fronteira, os entrevistados reconhecem a importância e o interesse de se promover a Euro-região como destino turístico. No entanto, há alguns entraves na região, nomeadamente, a desigual estrutura administrativa dos dois lados da fronteira, o problema grave de envelhecimento e desertificação populacional, e previsão do fim dos programas comunitários a médio prazo – que poderão limitar e comprometer a cooperação transfronteiriça. Será necessário abordar estratégias de continuidade das políticas de cooperação entre a região Norte de Portugal e Galiza a médio e longo prazo, *post* POCTEP; Identificar o potencial dos territórios que se constituem como destinos conjuntos (Raia Seca) numa perspectiva de relações de proximidade e governança conjunta; e iniciativas associadas a eventos temáticos com ampliação de participação de diversos atores – com vista à criação de estruturas ou redes de governança.

Bibliografia

Beritelli, P. (2011). “Cooperation among prominent actors in a tourist destination”, *Annals of Tourism Research*, 38 (2), 607–629.

Blasco, D. (2013). *Tourism Destination Zoning and Governance in Border Regions*, Ph.D Thesis, Universitat de Girona.

Blasco, D., Guia, J., Prats, L. (2014). “Emergence of Governance in Cross-Border Destinations”, *Annals of Tourism Research*, 49, 159-173.

Brito, W. A. C. (2000). *A Convenção-Quadro Europeia sobre a cooperação transfronteiriça entre as colectividades ou autoridades territoriais*, Coimbra, Coimbra Editora.

Bufon, M. (2003). “Cross-border cooperation in the Upper Adriatic”. In J. Anderson, L. O’Dowd, e T. M. Wilson (Eds.), *New borders for a changing Europe: Cross-border cooperation and governance*, 177 – 197, London: Portland.

Comité das Regiões (2002). “A coesão territorial na Europa”. *Caderno de Estudos E- 6/2002*. Bruxelas.

Cravidão, F. (1989). “Residência Secundária e Espaço Rural: Duas Aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal”, *Colecção Estudos*, nº10, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

DGOT (1988). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*, Lisboa, DGOT.

Dredge, D., Jamal, T. (2013). “Mobilities on the Gold Coast, Australia: Implications for destination governance and sustainable tourism”. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(4), 557-579.

Ilbery, B., Saxena, G. (2011). “Integrated rural tourism in the English-Welsh cross-border region: An analysis of strategic, administrative and personal challenges”. *Regional Studies*, 45 (8), 1139 -1155.

Ioannides, D., Nielsen, P., Billing, P. (2006). “Transboundary collaboration in tourism: The case of the Bothian Arc”. *Tourism Geographies*, 8 (2), 122 - 142.

Jansen-Verbeke, M., Lievois, E. (2008). *Visiting patterns in historic cityscapes: A case study in Ghent, Belgium*. In M. Jansen-Verbeke e G. K. Priestley (Eds.), *Cultural resources for tourism. Patterns, processes and policies* (17–30). New York: Nova Science Publishers.

Leimgruber, W. (1998). “Defying political boundaries: Transborder tourism in a regional context”. *Visions in Leisure and Business*, 17 (3), 8 – 29.

Medeiros, E. (2010). *A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega – Efeito Barreira e Impactes Territoriais do INTERREG-A*. Tese de Doutoramento. Lisboa: IGOT, Universidade de Lisboa.

Otocan, O. (2010). *Euroregion as a mechanism for strengthening transfrontier and interregional co-operation: Opportunities and challenges*. Estrasburgo: European Commission for Democracy through Law (Venice Commission).

Paixão, R.O. (2006). *Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planeamento da Região Internacional de Corumbá*. Tese - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../TESE_ROBERTO_ORTIZ_PAIXAO.pdf

Pardellas, X. (2010). “O Turismo como Factor de Cooperación entre Galicia e a Região Norte”. *Eixo Atlântico: pasado, presente e futuro*, 45–56.

Pardellas, X. *et al.* (2011). “Gestión participativa en destinos compartidos: Galicia y Norte de Portugal”. *Libro de actas del XVI Congreso AECIT*.

Paül, V., Trillo, J. M. (2011). “La frontera como atractivo turístico en destinos de interior? Notas sobre los municipios gallegos del occidente de la raia seca entre Portugal y Galicia”, en Grupo TERAP: *Espacios y destinos turísticos en tiempos de globalización y crisis*, Madrid, AGE, 401-419.

Pereira, V.C., Pereiro, X. (2014). “Turismo Transfronteiriço Na Euro-região Galiza-Norte de Portugal”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22. 285-294.

Prokkola, E. (2007). “Cross-border regionalisation and tourism development at the Swedish-Finnish border: “Destination Arctic Circle”. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7, 120–138.

Prokkola, E. (2010). “Borders in tourism: the transformation of the Swedish–Finnish border landscape”. *Current Issues in Tourism*, 13 (3), 223-238.

Timothy, D. J. (2001). *Cross-border partnerships in tourism resource management: International parks along the US-Canada border*. In B. Bramwell & B. Lane (Eds.), *Tourism collaboration and partnerships*, 20–43. Clevedon, UK: Channel View Publications.

Trillo Santamaría, J. M., Lois González, R.C. (2011). “La frontera como motivo de atracción: una breve mirada a las relaciones Galicia-Região Norte”. *Geopolítica (s), Revista de estudios sobre espacio y poder*, 2 (1), 109-134.

Trillo Santamaría, J. M. *et al.* (2015). “Ciudades que cruzan la frontera: un análisis crítico del proyecto Eurocidade Chaves-Verín”. *Cuadernos Geográficos*, 54(1), 160-185.

Zillinger, M. (2007). “Tourist routes: A time-geographical approach on German car-tourists in Sweden.” *Tourism Geographies*, 9(1), 64-83.